

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

**INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

Franca – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019.



SGS Auditores Associados S/S Ltda  
CRC 2 SP 024.456/O-4

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Presley José Godoy'.

Presley José Godoy  
CRC 1 SP 185.052/O-5

## **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

### **Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		51.123	78.182
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		3	251
Aplicações financeiras – sem restrição	03	1.555.603	3.241.047
Aplicações financeiras – com restrição		12.593	-
Contas a receber – líquido de provisão		78.769	82.935
Anuidades a receber		30.715	1.512
Estoques		72.215	94.341
Outros ativos circulantes		201	807
<b>Total ativo circulante</b>		<b><u>1.801.222</u></b>	<b><u>3.499.075</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos judiciais		36.730	36.732
Investimentos em Ações		6.594	-
Bens destinados a renda	04	23.664.872	23.664.872
Imobilizado com restrição	05	176.387	174.527
Imobilizado sem restrição	05	7.110.404	3.464.219
<b>Total ativo não circulante</b>		<b><u>30.994.987</u></b>	<b><u>27.340.350</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>32.796.209</u></b>	<b><u>30.839.425</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

### **Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		1.200.000	-
Obrigações sociais e fiscais	06	4.961	400
Provisão de férias		59.977	34.299
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	07	15.522	17.004
Receitas antecipadas		-	13.600
Outros passivos circulantes		2.934	1.929
<b>Total passivo circulante</b>		<b><u>1.283.394</u></b>	<b><u>67.232</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		700.000	-
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	07	110.078	111.951
<b>Total passivo não circulante</b>		<b><u>810.078</u></b>	<b><u>111.951</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio líquido		30.702.737	30.660.242
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>30.702.737</u></b>	<b><u>30.660.242</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>32.796.209</u></b>	<b><u>30.839.425</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

### Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017

Em Reais

RECEITAS	Nota	2018	2017
Aluguéis		1.108.420	1.112.807
Subvenções e auxílios específicos	08	777.064	566.952
Doações		102.067	74.648
Receita de serviços - fazenda		214.154	209.065
Receitas mensalidades escolares - colégio		275.343	162.444
Receitas mensalidades bolsistas		1.236.660	-
Receita serviços - colégio		48.998	5.612
Financeiras		190.256	287.981
Trabalho voluntário	16	107.435	84.228
Outras receitas		21.095	10.128
<b>Total da receita</b>		<b>4.081.492</b>	<b>2.513.865</b>
(-) Bolsas 100%		(1.236.660)	-
<b>Total das Bolsas</b>		<b>(1.236.660)</b>	<b>-</b>
<b>Total da receita líquida</b>		<b>2.844.832</b>	<b>2.513.865</b>
Aplicação das Gratuidades	15	(1.406.849)	(1.057.069)
Depreciação		(294.686)	(223.181)
Atividades Colégio		(408.899)	(226.414)
Administrativas e gerais		(538.428)	(436.310)
Tributárias		(33.843)	(9.460)
Trabalho voluntário	16	(107.435)	(84.228)
Financeiras		(12.197)	(3.539)
<b>Total das despesas</b>		<b>(2.802.337)</b>	<b>(2.040.201)</b>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>		<b>42.495</b>	<b>473.664</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

### **Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
<b>Receita Bruta de Educação</b>	<b>1.561.001</b>	<b>320.634</b>
Mensalidades Alunos Pagantes	275.343	162.444
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos	1.236.660	152.578
Receitas de Serviços	48.998	5.612
<b>(-) Deduções da Receita Bruta de Educação</b>	<b>(1.241.071)</b>	<b>(152.578)</b>
Bolsas de Estudos Concedidas	(1.236.660)	(152.578)
Descontos Concedidos	(4.411)	-
Devolução de Mensalidades/Anuidades	-	-
<b>(+) Outras Receitas</b>	<b>729.012</b>	<b>498.915</b>
Convênios	621.918	419.240
Subvenções	5.027	5.027
Doações	102.067	74.648
<b>(+) Receita Bruta de Saúde</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(-) Deduções da Receita Bruta de Saúde</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(+) Outras Receitas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
<b>(+) Receita Bruta de Assistência Social</b>	<b>150.119</b>	<b>129.132</b>
<b>(-) Deduções de Receita Bruta de Assistência Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(+) Outras Receitas</b>	<b>150.119</b>	<b>129.132</b>
Convênios	141.450	-
Subvenções	8.669	129.132
Doações	-	-
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.199.061</b>	<b>796.103</b>

**Nota:**

Na conta “**Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos**” foram registrados os valores das mensalidades como se recebidas fossem. Todas as bolsas ofertadas foram 100% (Cem por cento) e em turno integral. Na conta “**Bolsa de Estudos Concedidas**” foram contabilizadas todas as deduções referentes à concessão de bolsas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

### **Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>(-) Custo do Serviço Educacional</b>	<b>(914.984)</b>	<b>(619.894)</b>
Despesas com Pessoal	(914.984)	(619.894)
Material Didático	-	-
Alimentação	-	-
Transporte	-	-
Uniforme	-	-
Moradia	-	-
Projetos e Atividades – Educação Básica em Tempo	-	-
<b>(-) Custo do Serviço de Saúde</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Assistência Hospitalar Gratuita	-	-
<b>(-) Custo do Serviço de Assistência Social</b>	<b>(133.241)</b>	<b>(185.324)</b>
Assistência Social Gratuita	(133.241)	(185.324)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>150.836</b>	<b>(9.115)</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	<b>(866.957)</b>	<b>(700.847)</b>
Despesas Administrativas	(538.428)	(468.206)
Despesas com Depreciação/Amortização	(294.686)	(223.181)
Outras Despesas	(33.843)	(9.460)
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>178.059</b>	<b>284.442</b>
Receitas Financeiras	190.256	287.981
Despesas Financeiras	(12.197)	(3.539)
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>601.497</b>	<b>899.184</b>
Receita serviços - fazenda	214.154	209.065
Receita aluguel	1.108.420	1.112.807
Outras Receitas	21.095	10.128
Voluntariado	107.435	84.228
Voluntariado	(107.435)	(84.228)
Outras Despesas (Diversos)	(742.172)	(432.816)
<b>(+/-) PROVISÕES</b>	<b>(20.940)</b>	<b>-</b>
<b>(+/-) ISENÇÕES USUFRUÍDAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Renúncia Fiscal Obtida	306.244	221.970
Renúncia Fiscal	(306.244)	(221.970)
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>42.495</b>	<b>473.664</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

### **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Doações Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.698.158</b>	<b>671.233</b>	<b>23.817.187</b>	<b>-</b>	<b>30.186.578</b>
Realização da reserva de reavaliação	671.233	(671.233)	(235.771)	235.771	-
Transferência para patrimônio social	235.771	-	-	(235.771)	-
Superávit do exercício	-	-	-	473.664	473.664
Transferência para patrimônio social	473.664	-	-	(473.664)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>7.078.826</b>	<b>-</b>	<b>23.581.416</b>	<b>-</b>	<b>30.660.242</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(255.418)	255.418	-
Transferência para patrimônio social	255.418	-	-	(255.418)	-
Superávit do exercício	-	-	-	42.495	42.495
Transferência para patrimônio social	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>7.334.244</b>	<b>-</b>	<b>23.325.998</b>	<b>42.495</b>	<b>30.702.737</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**

### **Demonstração de Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>42.495</b>	<b>473.664</b>
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	295.265	290.505
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	5.193	65.279
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Aplicações financeiras	1.672.851	36.753
Contas a receber	4.166	(26.342)
Outros ativos	(6.469)	(59.441)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	1.900.000	(7.131)
Obrigações sociais e fiscais	4.561	(546)
Provisão de férias	25.678	(4.808)
Outros passivos	(2.350)	12.275
Receita diferida	(13.600)	(16.650)
<b>Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>	<b>3.927.790</b>	<b>763.558</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(3.948.503)	(708.407)
Investimento	(6.594)	
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b>(3.955.097)</b>	<b>(708.407)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(27.307)</b>	<b>55.151</b>
Caixa e equivalentes no início do período	78.433	23.282
Caixa e equivalentes no fim do período	51.126	78.433
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(27.307)</b>	<b>55.151</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
Em Reais**

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, criada por prazo indeterminado, através de testamento, pelo Dr. Antônio Manoel Monteiro Petrágli, entidade de fins filantrópicos, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Franca, Estado de São Paulo, se destina a proteção e amparo de menores carentes de Franca.

Renovação do Certificado protocolado sob nº 71000.0660445/2016-61, DEFERIDO conforme portaria 354/2018, item 27, de 19.12.2018, publicada no D.O.U de 21.12.2018, com validade de 12.08.2016 a 11.08.2019.

## **2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

### **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **b) Apuração das receitas e despesas do exercício**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

#### **c) Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.



#### **d) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

#### **e) Ativos circulantes e não circulantes**

##### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

##### **Aplicações financeiras**

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

##### **Contas a receber**

Os valores do contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

##### **Estoques**

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

##### **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

##### **Redução ao valor recuperável**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

#### **f) Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**g) Receitas Antecipadas**

Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2019.

**h) Gratuidades**

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

**i) Doações**

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

**j) Aplicação de recursos**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

**3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Certificado de Depósitos Bancários	1.555.603	3.241.047
<b>Total</b>	<b><u>1.555.603</u></b>	<b><u>3.241.047</u></b>

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em “Aplicações Financeiras” na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados em construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim.

**4. BENS DESTINADOS A RENDA**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Terrenos	5.210.833	5.210.833
Terrenos c/ Edificações	4.860.417	4.860.417
Lotes Urbanos	10.772.793	10.772.793
Imóvel Rural / Terreno Rural	2.799.852	2.799.852
Terrenos – Saldanha Marinho	20.977	20.977
<b>Total</b>	<b><u>23.664.872</u></b>	<b><u>23.664.872</u></b>

## 5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2017</u>				<u>31.12.2018</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b><u>Custo</u></b>						
Edificações	4	2.481.017	-	-	-	2.481.017
Imóvel rua comercio, 1373	2,85	429.600	-	-	-	429.600
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459	2,85	-	1.000.000	-	-	1.000.000
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477	2,85	-	2.700.000	-	-	2.700.000
Benfeitorias	4	351.984	5.000	-	-	356.984
Máquinas, equip. e instalações	10	128.834	10.000	-	-	138.834
Móveis e utensílios	10	256.366	3.200	-	-	259.566
Veículos	20	30.169	-	-	-	30.169
Computadores e periféricos	20	75.916	7.975	-	-	83.891
Equipamento áudio, vídeo e foto	10	34.506	-	-	-	34.506
Instrumentos musicais	10	1.695	-	-	-	1.695
Rebanho de animais	-	5.770	-	(5.770)	-	-
Equipamentos de segurança	10	43.735	-	-	-	43.735
Construção e reforma prédios	10	1.097.858	206.775	-	-	1.304.633
Equipamento Informát c/restrrição	10	38.160	10.342	-	-	48.502
Máquinas equipamentos c/restrrição	10	23.940	-	-	-	23.940
Móveis e utensílios c/restrrição	10	25.668	3.369	-	-	29.037
Equip. áudio, vídeo, foto c/restrrição	10	-	1.842	-	-	1.842
Veículos c/restrrição	20	30.000	-	-	-	30.000
Livros p/ Biblioteca c/restrrição	-	22.878	-	-	-	22.878
Terrenos c/edificação c/restrrição	2,5	125.666	-	-	-	125.666
<b>Total</b>		<b>5.203.762</b>	<b>3.948.503</b>	<b>(5.770)</b>	<b>-</b>	<b>9.146.495</b>
<b><u>Depreciação Acumulada</u></b>						
Edificações		(987.749)	(213.464)	-	-	(1.201.213)
Imóveis rua comercio, 1373		(6.444)	(8.594)	-	-	(15.038)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459		-	(2.611)	-	-	(2.611)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477		-	(7.049)	-	-	(7.049)
Benfeitorias		(100.257)	(10.134)	-	-	(110.391)
Máquinas, equip. e instalações		(96.563)	(7.980)	-	-	(104.543)
Móveis e utensílios		(160.278)	(13.419)	-	-	(173.697)
Veículos		(30.168)	-	-	-	(30.168)
Equipamentos de segurança		(9.324)	(3.918)	-	-	(13.242)
Instrumentos musicais		(973)	(171)	-	-	(1.144)
Equipamentos áudio / vídeo		(19.173)	(3.913)	-	-	(23.086)
Computadores e periféricos		(62.300)	(9.740)	-	-	(72.040)
Equip Informática c/restrrição		(15.916)	(4.444)	-	-	(20.360)
Máquinas equip c/restrrição		(12.544)	(2.394)	-	-	(14.938)
Móveis e utens c/restrrição		(7.617)	(2.316)	-	-	(9.933)
Veículos c/restrrição		(30.000)	-	-	-	(30.000)
Terrenos c/edif c/restrrição		(25.133)	(5.027)	-	-	(30.160)
Equip. áudio, vídeo, foto c/restrrição		-	(91)	-	-	(91)
Biblioteca		(577)	-	577	-	-
<b>Total</b>		<b>(1.565.016)</b>	<b>(295.265)</b>	<b>577</b>	<b>-</b>	<b>(1.859.704)</b>
<b>Total</b>		<b>3.638.746</b>	<b>3.653.238</b>	<b>(5.193)</b>	<b>-</b>	<b>7.286.791</b>



A entidade contratou a empresa SBA – Sociedade Brasileira de Avaliadores S/C Ltda para proceder reavaliação de seu ativo imobilizado, a qual emitiu laudo em agosto de 2006, conforme deliberação da lei n.º 6.404/76, no parágrafo 3º combinado com o disposto nos incisos II e IV do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 6.385/76. O saldo da reserva de reavaliação da Entidade será mantido até a sua realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda. A possibilidade de reavaliação espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

## 6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
INSS a recolher	751	-
FGTS a recolher	952	-
IRRF a recolher	3.114	23
Contribuição confederativa/assistencial	144	-
Outros	-	377
<b>Total</b>	<b>4.961</b>	<b>400</b>

## 7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo Circulante	15.522	17.004
Passivo Não Circulante	110.078	111.951
<b>Total</b>	<b>125.600</b>	<b>128.955</b>

## 8. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ESPECÍFICOS

	2018	2017
Convênio Municipal SME Lei 7.977/13	621.918	419.240
Convênio Municipal SEDAS Lei 8.332/15	141.450	129.132
Convênio SEDHAS 0154/16	-	-
Subvenção Munic. Projeto Habitar Livros Lei 8.380/16	-	-
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 554/12 – imobilizado	8.014	8.014
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 185/12 – imobilizado	-	5.300
Auxílio Municipal CMDCA Lei 7.888/13 – imobilizado	-	-
Auxílio Municipal SME Lei 7.623/11 – imobilizado	5027	5.027
Auxílio SEDAS Convênio 154/16 – imobilizado	655	239
<b>Total</b>	<b>777.064</b>	<b>566.952</b>



## **9. RENÚNCIA FISCAL**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

## **10. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA**

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 306.244 e de R\$ 221.970, respectivamente.

## **11. CONTINGÊNCIAS**

A Entidade está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

## **12. IMUNIDADE COFINS**

Atualmente há discussão jurídica se COFINS é devida ou não para as entidades sem fins lucrativos e filantrópicos. Por tratar-se de assunto que poderá ser regulamentado, a Administração optou em não constituir provisão.

## **13. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS**

A entidade está recolhendo através de depósito judicial os valores decorrentes de PIS sobre folha de pagamento com base em Decisão Judicial mediante o processo nº 0003573-35.2011.403.6113. Dessa forma, a Administração optou em não constituir provisão.

## 14. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONVENIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

### 14.1. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS

EXERCÍCIO						2018	2017	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Rendimentos aplicação financeira	Devolução/restituição Repasse publico	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Termo Colaboração nº 90/2018 - Secretaria Municipal de Educação – SME	Colaboração e articulação entre o poder público e a organização da sociedade civil para operacionalização de uma política pública de Educação Infantil	Termo de Colaboração mútua celebrado com o município, para atendimento de crianças de 03 anos a 05 anos e 11 meses, na educação básica em tempo integral.	307.392	180	15.247	292.324	419.240	422.854
Termo Colaboração nº 207/2018 - Secretaria Municipal de Educação – SME	Colaboração e articulação entre o poder público e a organização da sociedade civil para operacionalização de uma política pública de Educação Infantil	Termo de Colaboração mútua celebrado com o município, para atendimento de crianças de 03 anos a 05 anos e 11 meses, na educação básica em tempo integral.	314.526	-	-	306.155	-	-
Termo Colaboração nº 27/2018 - Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos.	Serviço ofertado para crianças e adolescentes de 06 anos a 17 anos e 11 meses e respectivas famílias em observância à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.	70.725	51	13.755	57.020	129.132	129.568
Termo Colaboração nº 210/2018 - Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos.	Serviço ofertado para crianças e adolescentes de 06 anos a 17 anos e 11 meses e respectivas famílias em observância à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.	70.725	-	-	67.249	-	-
<b>Total</b>			<b>763.368</b>	<b>231</b>	<b>29.002</b>	<b>722.748</b>	<b>548.372</b>	<b>552.422</b>

Em 2017 a entidade aplicou o valor de R\$ 7.374 (sete mil trezentos e setenta e quatro reais) de recursos próprios a fim de complementar o valor total das despesas de custeio realizadas com subvenções públicas ao longo do exercício.

## 14.2. APLICAÇÃO EM AUXÍLIOS E CONVÊNIOS

EXERCÍCIO			2018		2017	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados despesas R\$
Projeto de Acesso à Informação. Emenda Parlamentar nº 69/2017. Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Emenda Parlamentar nº 69/2017. "3213 – Subvenções e Auxílios – Recurso Fundo Municipal da Criança". Projeto de Acesso à Informação. Aquisição de Equipamentos de Informática e Materiais.	O projeto tem por objetivo a aquisição de equipamentos e materiais, aprimorar a capacidade informacional e comunicação física e virtual dos serviços socioassistenciais executados pela Entidade.	-	-	-	-
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 185/12)	Aquisição de veículo automóvel para utilização como ferramenta de apoio logístico ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Emprego do veículo nos deslocamentos urbanos, para atendimento das crianças e respectivas famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	-	-	5.300	5.300
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 554/12)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	8.014	8.014	8.014	8.014
Convênio Secretaria Municipal de Ação Social - Sedas (Convênio 154/16)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais	655	655	239	239
Auxílio Secretaria Municipal de Educação – SME (Lei 7.623/11)	Obras de reforma, ampliação, acessibilidade e sistema de combate a incêndio nas dependências físicas da Infacape.	Adequação do espaço físico da Instituição, para atendimento das crianças beneficiárias, conforme determina a legislação aplicável.	5.027	5.027	5.027	5.027
<b>Total</b>			<b>13.696</b>	<b>13.696</b>	<b>18.580</b>	<b>18.580</b>

## 15. APLICAÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

### Exercício de 2018 - Valores demonstrados em Reais – R\$

Área	Gratuidades	Receitas	Receitas	Total	Quantidade
	Realizadas	Públicas de	Próprias	Despesas	De atendidos
		Custeio			
Educação	1.209.609	(621.918)	587.691	1.209.609	131
Assistência Social	197.240	(141.450)	55.790	197.240	50
<b>Total</b>	<b>1.406.849</b>	<b>(763.368)</b>	<b>643.481</b>	<b>1.406.849</b>	<b>181</b>

### Exercício de 2017 - Valores demonstrados em Reais – R\$

Área	Gratuidades	Receitas	Receitas	Total	Quantidade
	Realizadas	Públicas de	Próprias	Despesas	De atendidos
		Custeio			
Educação	870.594	(419.240)	451.354	870.594	102
Assistência Social	186.475	(129.132)	57.343	186.475	50
<b>Total</b>	<b>1.057.069</b>	<b>(548.372)</b>	<b>508.697</b>	<b>1.057.069</b>	<b>152</b>

Os valores referentes as receitas de subvenções e auxílios públicos e as receitas próprias da entidade, foram 100% aplicadas em gratuidades, conforme demonstrado acima.

## **16. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a Entidade apurou um custo de R\$ 107.435 e de R\$ 84.228, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

## **17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

## **18. COBERTURA DE SEGUROS**

A entidade contratou seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas com incêndio, danos elétricos, roubo de bens, etc.

## 19. DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações decreto n.º 8.242/14 a Entidade está demonstrando abaixo quadro de gratuidades:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017		
		Educação Básica
<b>Total de alunos matriculados (a)</b>		<b>164</b>
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	lt	111
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	0
<b>Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)</b>	<b>I</b>	<b>111</b>
Outras bolsas integrais (b)		4
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
<b>Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)</b>	<b>N</b>	<b>160</b>
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
<b>Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)</b>	<b>P</b>	<b>0</b>
<b>Numero total de bolsas integrais equivalentes</b>	<b>B</b>	<b>155</b>
Outras bolsas parciais		0
<b>Cálculo dos benefícios complementares</b>		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	164
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		52
<b>Número de benefícios complementares utilizado no cálculo</b>	<b>Bc</b>	<b>0</b>
<b>Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo</b>		<b>Art. 13</b>
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		<b>Atendido</b>
Quantidade mínima de bolsas 1/9		<b>Atendido</b>